

CIDADE COLETIVA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRAÇA RIO BRANCO – JP/PB

**A. G. Negrão, C. Nicolau, D. Bezerra, L. A. Villarim, R. Leão, S. Barbosa,
V. Monteiro**

RESUMO

Tendo em vista o importante papel que a praça exerce sobre uma cidade, e a diversidade de usos e valores que a mesma apresenta de acordo com cada época, o presente trabalho foi elaborado com o objetivo de propor um estudo sobre a praça Barão de Rio Branco, localizada em João Pessoa/PB. Para a elaboração do estudo da praça Rio Branco, foi feita uma análise visual utilizando a metodologia sugerida por Cullen (CULLEN, 1971) e também utilizada por Panerai (2006). Como resultado pode-se apontar a influência da paisagem urbana da Praça no comportamento social de seus usuários, considerando os aspectos materiais e imateriais do local.

1 INTRODUÇÃO

Todo ambiente urbano é composto por uma série de elementos que são percebidos e apreendidos sob uma diversidade de olhares e pontos de vista. Tais percepções e impressões são influenciadas pela forma de distribuição dos elementos no espaço, bem como pelo significado que lhes é dado ao longo do tempo, fato que influencia diretamente na forma como as cidades são reconhecidas e organizadas (DE ANGELIS *et al*, 2005).

Cullen (1971) trata da apreensão e abordagem destes espaços sob a perspectiva da paisagem urbana, onde as impressões citadas por De Angelis *et al* (2005), seriam, segundo o autor, “reminiscências” que ajudam a captar esses elementos, materiais ou imateriais, e selecionar quadros/secções/perspectivas. Já Panerai (2006), em uma abordagem morfológica, afirma que para analisar o termo tecido urbano, temos que entendê-lo como “a imbricação dos espaços livres e o conjunto de lotes construídos” e coloca que a abordagem deve ser realizada pela identificação de cada um desses elementos, que estão relacionados com os processos sociais.

Quanto aos espaços livres, os autores supracitados acordam quanto à sua função como estrutura fundamental, sobre a qual se assegura a identidade e a referência da cidade, pelo fato de a maioria pertencer à longa duração no tempo e no espaço, onde se identifica o seu caráter ordenador, que marca o seu domínio público. Sob esta perspectiva, nos cabe citar que os espaços livres são locais não contidos entre as paredes e os tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia, trabalho e lazer (DEL RIO, 1990), sendo “espaços do público”, isto é, livres de circulação, praças, bulevares, passagens, *et coetera*, pertencentes à coletividade (CASTEX *et al*, 2005).

Segundo De Angelis *et al* (2005), a praça, um dos exemplos mais significativos dentre estes espaços, pode ser entendida como um espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade.

Ela constitui um ambiente urbano importante na história das cidades brasileiras, pois desempenha um papel significativo para o desenvolvimento das relações sociais da população.

Observando-se a sua inserção no tecido urbano, pode-se afirmar que ao longo do tempo, os diversos aspectos que a envolve – como definição, funções, usos e concepções –, sofreram significativas mudanças. Todavia, é consenso que a despeito das transformações impostas pelo tempo, a praça ainda representa um espaço público de grande importância no cotidiano urbano (DE ANGELIS *et al*, 2005). Muitas delas possuem diversos atributos, materiais e imateriais, remanescentes das diversas práticas sociais que sediou e/ou representa, que levaram, no contexto brasileiro, ao seu reconhecimento como jardins históricos, sendo preservadas tanto como patrimônios isolados, como inseridas em contextos urbanos que agregam quadras, ruas e outros espaços.

Tendo em vista o importante papel que a praça exerce na cidade e a diversidade de usos e valores que a mesma apresenta ao longo do tempo, foi selecionada como objeto de estudo de análise, a Praça Barão de Rio Branco, localizada em João Pessoa-PB, em que buscou-se identificar as definições e aspectos citados anteriormente, relacionados à este espaço na atualidade. Este artigo resulta de uma pesquisa acadêmica e para tanto, adotou-se a metodologia proposta por Cullen (1971), e também abordada por Panerai (2006), de análise visual. Esta postura entende que a análise visual é uma ferramenta fundamental para se descobrir os componentes da identidade urbana, essenciais para a preservação da memória da cidade.

A área objeto de estudo deste trabalho localiza-se na zona norte de João Pessoa, no bairro do Centro, em frente a rua Duque de Caxias. Encontra-se na parte alta do Centro Histórico de João Pessoa – CHJP –, sendo uma interseção das poligonais de preservação rigorosa estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. A Fig. 01 apresenta a área objeto de estudo.

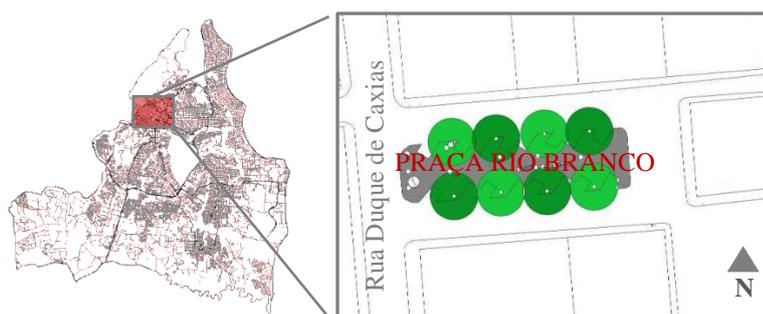


Fig. 01 Malha urbana de João Pessoa (década de 2000) com área objeto de estudo demarcada. Fonte: PMJP (2010), adaptado pelos autores.

2 BREVE HISTÓRICO DA PRAÇA BARÃO DE RIO BRANCO

A praça Barão de Rio Branco foi constituída originalmente, entre os séculos XVI e XVII, como Largo, sendo considerada um monumento histórico para a cidade de João Pessoa. Foi uma área de grande importância e valorização para a cidade durante o período de Colônia e Império, funcionando como centro administrativo e sede da capitania da

Parahyba. Silva e Moura Filha (2012) comentam que este local, em 1610, destacava-se por possuir características divergentes em relação aos demais espaços públicos da referida época, uma vez que os adros e largos detinham funções religiosas. Este espaço público foi constituído, *a priori*, para abrigar eventos de caráter civil, recebendo a denominação de Largo da Câmara, por abrigar a Casa de Câmara e Cadeia, e o pelourinho. Este fato está ilustrado na Fig. 02.

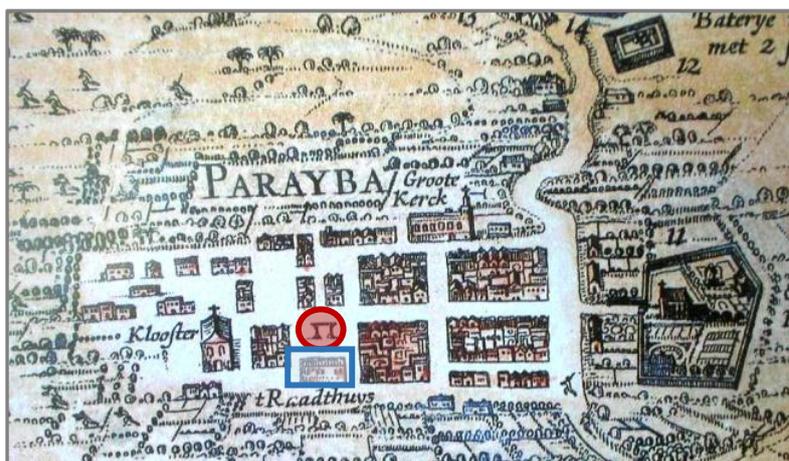


Fig. 02 Mapa da cidade da Parayba, em 1634, em destaque o pelourinho em vermelho e a Casa de Câmara e Cadeia em azul. Fonte: Reis, 2000

Durante o século XVIII, Azevedo (2010) coloca que este espaço público passou a chamar-se de Largo do Erário, abrigando não somente as referidas construções, mas também a Casa do Erário, ou casa dos Contos e o primeiro açougue da cidade. Estes fatos se deveram a necessidade do poder em estabelecer-se em local fixo e reconhecido, não vinculado a Igreja Católica e conectado aos principais logradouros da malha urbana da cidade.



Fig. 03 Praça Rio Branco (Largo do Erário) em 1910. Fonte: Acervo fotográfico Humberto Nobrega

Apenas com a chegada do século XX, no ano de 1918, introduzidos ideais modernizadores de circulação, saneamento e embelezamento, ocorre a transformação do Largo do Erário em praça Barão de Rio Branco, recebendo mobiliário urbano e canteiros, adequando-se as novas tendências urbanísticas em voga. O nome escolhido para a praça foi uma homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco. Em 1924, em

função da moderna política de urbanização e higienização aplicada às capitais, o local já toma a forma de praça com bancos e jardins (SILVA; MOURA FILHA, 2012). Como podem ser observados nas Figs. 04 e 05.



(1)



(2)

Figs. 04 e 05 Praça Rio Branco, em 1910 (1) e 1924 (2). Fonte: Acervo do Museu Walfredo Rodrigues.

As autoras supracitadas também afirmam que o espaço recebe uma nova fisionomia, deixando de ser uma praça restritamente cívica, ganhando adornos que lhe concediam novas possibilidades de uso, melhor recebendo seus usuários que buscavam a vivência social. Naquele momento, observa-se, ainda, a presença das edificações referentes à Casa do Erário, Açougue e Casa da Câmara e Cadeia, percebe-se, nesta última, alterações em sua arquitetura

Em 1949, a praça Barão de Rio Branco pouco lembrava o Largo do Erário. Reformas nas edificações e no próprio espaço público transformaram por completo a imagem do lugar, com retratado na Fig. 06.



Fig. 06 Praça Rio Branco com novo projeto paisagístico. Fonte: Acervo Fotográfico Gilberto Stuckert.

O cenário saudosista da praça Barão de Rio Branco foi se modificando devido a descaracterização de sua configuração espacial de origem. Ao longo do tempo, como resultado do processo acelerado de urbanização, transformações ocorreram para a desvirtuação do seu uso, com destaque para a crescente circulação de veículos em seu

entorno, tendo passado por um período de degradação, cujo uso era voltado para estacionamento de automóveis – o que perdurou por décadas.

Pelo fato de todo o conjunto da praça ser tombado pelo IPHAN, esse cenário começou a ser modificado em 2010, quando este órgão, juntamente com a prefeitura municipal, realizou uma obra de revitalização de todo o patrimônio desta área. A transformação foi executada por meio do programa de revitalização de sítios históricos – PRSH –, um projeto de requalificação e valorização da praça Rio Branco, que priorizava devolver o caráter de praça perdido por esse lugar, até então lembrado como área de estacionamento.

Após as intervenções urbanísticas necessárias, a praça foi revitalizada e o uso de espaço público de permanência foi restaurado, gerando uma maior apropriação por parte da população. Como forma de aproximar a população local e atrair “os olhares” de turistas, é realizado, aos sábados, o projeto "Sabadinho Bom", com a apresentação de grupos musicais da capital paraibana, tendo como principal ritmo o choro.

Estes fatos estão ilustrados nas Figs. 07 e 08.



Figs. 07 e 08 Praça Rio Branco em 2008 e 2012, respectivamente. Fonte: Silva; Moura Filha 2012

3 ANÁLISE VISUAL

As praças se configuram como ponto de convergência, como já mencionado, ao qual, se relacionarmos à análise da paisagem proposta por Lynch (1960), podemos, em muitos casos, classificá-las como “nós” ou “pontos nodais”. No caso da praça Barão de Rio Branco essa caracterização é retificada ao longo do tempo, como pudemos verificar no item anterior, destacando não só sua centralidade espacial, como também, sua representatividade social.

Ao analisarmos este espaço público buscamos, intuitivamente, identificar atributos, materiais e imateriais, que nos remetam à tal caracterização. “A identificação dos elementos que constituem uma paisagem só pode ser feita por meio de uma análise direta realizada no próprio local. A cidade deve ser apreendida desde o seu interior, por uma sucessão de deslocamentos” (PANERAI, 2006), em que à medida que o observador se desloca, o espaço se revela através de fragmentos visuais que, uma vez remontados cognitivamente, permitirá a compreensão do ambiente. (CULLEN, 1971). Estes, que na nossa pesquisa são as fotografias, aqui denominados de planos, podem ser descritos, decompostos, classificados e analisados.

Para a seleção destes planos, procedemos uma análise morfológica, onde identificamos os locais mais significativos, isto é, aqueles onde maior número de usuários transita. Assim, a análise da paisagem foi precedida de uma análise comportamental, realizada por meio de visitas *in loco*, em dias e horários distintos, que deu origem à estudos de mancha, cujas interseções, são nosso objeto de estudo, já que nos concedem as principais perspectivas – ou enquadramentos. Deve-se ressaltar que o conteúdo deste artigo não trata da análise comportamental, apenas da análise visual.

A praça Barão de Rio Branco encontra-se envolvida por uma região de intenso ritmo comercial, com um grande fluxo de automóveis ao seu redor, e uma constante movimentação de pessoas em horários comerciais, como pode ser observado nas Figs. 09 e 10.



Figs. 09 e 10 Movimento durante a semana na praça objeto de estudo. Fonte: Autores, 2016.

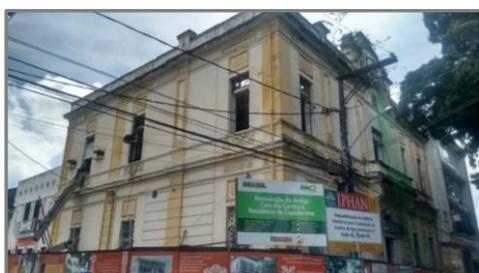
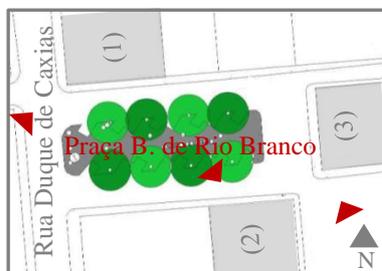
O seu acesso ocorre pela rua Duque de Caxias e por duas ruas estreitas – laterais à antiga edificação da Casa de Câmara e Cadeia –, que se interligam à rua Visconde de Pelotas, como ilustrado na Fig. 11. O estudo do comportamento ambiental mostrou que os acessos são as áreas de maior incidência de usuários.



Fig. 11 Localização da Praça Barão Rio Branco. Fonte: PMJP (2010), adaptado pelos Autores, 2016.

Ao observar a praça, deve-se destacar em um primeiro momento, três edificações que celebram, desde a origem, a história do local: (1) a edificação referente a antiga Casa dos Contos – em processo de restauro pelo IPHAN; (2) a antiga edificação da Casa de Câmara e Cadeia, atualmente, em estilo *Art Déco* – cuja arquitetura foi novamente modificada em finais do século XX –, sede da FUNAPE; (3) e o antigo açougue, onde funciona a Casa do

Patrimônio de João Pessoa. Quanto ao espaço público analisado, embora ainda seja possível identificar elementos fundamentais para a história do local, sua atual configuração espacial impede o entendimento do desenho e das conexões sociais urbanas remanescentes do espaço como pelourinho – sua função original. As Figs. 12, 13, 14 e 15 referem-se à um mapa de localização e às imagens das edificações supracitadas.



(1)



(2)



(3)

Figs. 12, 13, 14 e 15 Mapa de localização e edificações existentes desde a origem do espaço público analisado. Fonte: Autores, 2016.

É possível perceber também um constante número de pessoas a descansar sob a sombra das extensas copas de *ficus*. No geral, a maioria dos usuários da praça durante os dias de semana são trabalhadores do entorno, que utilizam a arborização da praça em seus respectivos horários de repouso. Em decorrência dessa incidência, buscou-se selecionar um plano que contemplasse a massa verde da praça. Assim, no referido plano, retratado na Fig. 16, quando posicionado entre as grandes árvores, ao olhar para cima, o usuário visualiza o encontro das copas de *ficus* plantados de forma paralela, gerando assim uma sensação de céu esverdeado.

A Fig. 16 ainda retrata além da vegetação, outros elementos morfológicos, como bancos e postes, que promovem a apropriação do local por parte da população, mesmo com pouca manutenção.



Fig. 16. Vegetação e mobiliário urbano da praça Barão de Rio Branco. Fonte: Autores, 2016.

As análises ainda nos permitem afirmar que durante o final de semana a praça torna-se vazia, exceto aos sábados, no período do final da manhã e início da tarde, momento que ocorre o evento cultural, patrocinado pela prefeitura da cidade, intitulado de “Sabadinho Bom”, como mencionado no item anterior e ilustrado nas Figs. 17 e 18.



Figs. 17 e 18 Sabadinho Bom. Fonte: Autores, 2016.

As imagens coletadas na pesquisa ainda mostram que a praça é bastante utilizada por idosos, fator que indica um forte apego imaterial por este espaço público de permanência, o que ressalta a sua função de monumento histórico de João Pessoa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo uma análise visual praça Barão de Rio Branco, localizada em João Pessoa-PB. Além da sua apreensão visual – baseada em Cullen (1971) e Panerai (2006), este artigo também esteve fundamentado uma análise comportamental, em que pudemos perceber uma ligação direta existente entre a imagem da cidade e as práticas sociais da população.

Além do embasamento teórico utilizado no trabalho, foram realizadas visitas ao local e registros fotográficos para melhor entender a dinâmica do espaço público analisado. É importante esclarecer que as sensações e impressões geradas pela paisagem urbana se

expressam de forma individual e particular a cada observador, como afirma Cullen (1971), em que cada indivíduo percebe e responde diferentemente frente às ações sobre o meio.

Desta forma, considerando a análise apresentada, podemos ressaltar as considerações de Panerai (2006) quando afirma que é a partir dos espaços públicos que as cidades asseguram a sua identidade e a sua referência, devido ao fato de a maioria, pertencer à longa duração no tempo e no espaço, onde se identifica o seu caráter ordenador, que marca o seu domínio “do” público, características, estas, da praça Barão de Rio Branco.

Quanto a representatividade material e imaterial desse espaço público, podemos reafirmar a colocação de De Angelis *et al* (2005), de que a praça é um dos exemplos mais significativos dentre estes espaços, podendo ser entendida como um espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade.

5 REFERÊNCIAS

Azevedo, Maria Helena de Andrade. (2010) **A Rua Direita em Preto e Branco – Cidade da Parahyba (1870-1930)**: Fotografias de arquitetura numa leitura histórico-morfológica da paisagem urbana. João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Castex, Jean; Depaule, Jean Charles; Panerai, Philippe; Samuels, Ivor. (2005) **Urban Forms: the death and the life of the urban block**. Oxford, Architectural Press.

Cullen, Gordon. (1971) **Paisagem Urbana**. Lisboa, Edições 70.

De Angelis, Bruno Luiz Domingues *et al*. (2005) **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá.

Del Rio, Vicente. (1990) **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo, Pini.

Elali, G. A.. (1997) **Psicologia e Arquitetura**: a busca do lócus interdisciplinar. Estudos de Psicologia 2, 349-362.

Lynch, Kevin. (1960) **A Imagem da Cidade**. Edições 70, Lisboa.

Moura Filha, M. B. (2012) Salve-se “o que” puder: Uma crítica sobre intervenções ocorridas em três praças do centro histórico da cidade de João Pessoa-PB. **In**: Urbicentros: Morte e vida dos centros urbanos.

Panerai, Phillipe. (2006) **Análise Urbana**. Editora UNB, Brasília.